

## Do Quariterê ao América: protagonismo de mulheres pretas na luta por direitos fundamentais

*De Quariterê a América: el protagonismo de las mujeres negras en la lucha por los derechos fundamentales*

*From Quariterê to América: black women's protagonism in the struggle for fundamental rights*

Adiele Nataly Alves Lopes

Dyandra Jamylle Rosário da Silva

**Resumo:** O presente estudo é resultado de uma experiência do trabalho da equipe psicossocial do Projeto Mangues da Amazônia. Objetivou-se realizar um espaço de diálogos com as mulheres do Quilombo do América, localizado no município de Bragança, Pará, que possibilitasse as discussões sobre questões étnico-raciais e equidade de gênero, através da metodologia de roda de conversa. Os resultados obtidos a partir dos diálogos foram: violência e violações nas condições de trabalho, a notoriedade do racismo, assim como as múltiplas faces desse fenômeno. São notórias as heranças do imaginário escravocrata ainda no Brasil. E, na Amazônia bragantina, não seria diferente. As mulheres do Quilombo do América exercem funções de lideranças no âmbito da comunidade, e, ao mesmo tempo, lutam cotidianamente contra o racismo e sexismo estrutural.

**Palavras Chave:** Racismo. Amazônia. Quilombo-do-América.

**Resumen:** El presente estudio es el resultado de una experiencia de trabajo del equipo psicossocial del Proyecto Manglares de la Amazonia. El objetivo fue crear un espacio de diálogo con las mujeres del Quilombo do América, ubicado en el municipio de Bragança, Pará, que permitiera discutir las cuestiones étnico-raciales y de equidad de género, a través de la metodología de un círculo de conversación. Los resultados obtenidos de los diálogos fueron: la violencia y las violaciones en las condiciones de trabajo, la notoriedad del racismo, así como las múltiples caras de este fenómeno. La herencia del imaginario esclavista sigue siendo notoria en Brasil. Y en la Amazonia bragantina no sería diferente. Las mujeres del Quilombo do América ejercen funciones de liderazgo dentro de la comunidad y, al mismo tiempo, luchan diariamente contra el racismo y el sexismo estructural.

**Palabras Claves:** Racismo. Amazonía. Quilombo-do-America.

**Abstract:** The present study is the result of an experience of the work of the psychosocial team of the Mangroves of the Amazon Project. The objective was to create a space for dialogue with the women of the Quilombo do América, located in the municipality of Bragança, Pará, which would allow discussions about ethno-racial issues and gender equity, through the methodology of a conversation circle. The results obtained from the dialogues were: violence and violations in working conditions, the notoriety of racism, as well as the multiple faces of this phenomenon. The legacy of the slavery imaginary is still notorious in Brazil. And in the bragantine Amazon it would be no different. The women of the Quilombo do América exercise leadership roles within the community, and at the same time fight daily against racism and structural sexism.

**Key-words:** Racism. Amazon. Quilombo-do-America.

**Adiele Nataly Alves Lopes** – Psicóloga Especialista em Saúde da Mulher e da Criança e em Fundamentos da Psicanálise. Castanhal, Pará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4057-5269>. E-mail: [adielelopes.psi@gmail.com](mailto:adielelopes.psi@gmail.com)

**Dyandra Jamylle Rosário da Silva** – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Bragança, Pará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7457-1418>. E-mail: [jamylle.ufpa@gmail.com](mailto:jamylle.ufpa@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma experiência do trabalho da equipe psicossocial do Projeto Mangues da Amazônia<sup>1</sup>, realizado pelo Instituto Peabiru, Associação Sarambuí e Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA-UFPA), patrocinado pela Petrobras, por meio do programa Petrobras Socioambiental.

Objetivou-se realizar um espaço de diálogos com as mulheres do Quilombo do América, localizado no município de Bragança, Pará, que possibilitasse as discussões sobre questões étnico-raciais, equidade de gênero, baseados especificamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a Saúde e Bem-Estar, Igualdade de Gênero, Redução das Desigualdades, Paz, Justiça e instituições eficazes, bem como em assuntos relacionados aos Direitos Humanos, desafios enfrentados pela população local.

A estratégia de roda de conversa foi escolhida por gerar oportunidade de valorização do conhecimento tradicional na prática, norteador diversas atividades e discutindo os resultados alcançados. Essa interação foi relevante para as participantes, pois ofereceu um espaço para exposição de angústias, satisfações e até propostas que antes não teriam oportunidade de serem ouvidas. Assim como possibilidades de orientações, conhecimentos e outras trocas para os diferentes grupos sociais.

Previamente, foi realizado um diálogo com a presidenta da Associação Remanescente Quilombola do América (ARQUIA), para um levantamento das demandas que poderiam ser abordadas por meio do projeto, e, a partir desse encontro, delimitou-se a temática da roda de conversa com algumas mulheres da comunidade, partindo de suas narrativas, desejos, angústias e vivências sobre o ser mulher preta.

A roda de conversa, denominada “Nem te Conto: diálogos com a comunidade”<sup>2</sup>, foi realizada no mês de julho de 2021 e, devido ao contexto de pandemia da Covid-19, teve o número reduzido de participantes para atender aos protocolos de saúde, como distanciamento social, uso de máscara e higiene das mãos.

Na ocasião, achou-se oportuno demarcar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela, o qual é lembrado em 25 de Julho. A nível internacional, esse dia foi criado em 1992, quando ocorreu o 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em Santo Domingo, na República Dominicana, momento em que foi questionado a universalização do movimento feminista branco eurocentrado que não levava em consideração as questões de raça e classe das mulheres negras.

No Brasil, a partir da criação da lei Nº 12.987 de 02 de Junho de 2014, essa data é dedicada em homenagem à luta de Tereza de Benguela contra o sistema escravista. Tereza viveu na década de XVIII, no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, onde ficou conhecida como “Rainha Tereza” ao liderar, com sua força política, o Quilombo do Quariterê, após a morte de seu companheiro (José Piolho).

O Quilombo abrigava mais de 100 pessoas, entre negros e indígenas, e foi liderado por Tereza por meio de um parlamento e um sistema de defesa criado por ela. A causa da morte de Tereza

<sup>1</sup> O Mangues da Amazônia é um projeto socioambiental com foco na recuperação e conservação de manguezais em Reservas Extrativistas Marinhas do Estado do Pará, mais especificamente nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança e Tracuateua.

<sup>2</sup> A atividade intitulada “Nem te conto: diálogos com a comunidade” é organizada pela equipe psicossocial do projeto Mangues da Amazônia, são espaços de diálogo, para fins deste trabalho, se configurou uma roda de conversa com a comunidade.

é desconhecida. Alguns dizem que ela se suicidou após ser capturada por bandeirantes, outros, que ela foi assassinada. O Quilombo resistiu à escravidão por duas décadas e foi destruído pelas forças de Luís Pinto de Sousa Coutinho, por volta de 1795.

Portanto, o dia 25 de julho não é uma comemoração, como as datas festivas, mas sim um momento importante para relembrar décadas de lutas e resistência frente ao racismo, ao sexismo e todas as formas de opressões e explorações de corpos femininos negros que perduram até os dias de hoje. É o movimento de recordar o passado e, a partir dele, pensar no futuro.

“A memória tem a função de preservar uma história, de projetar o futuro e dá a possibilidade de conexão entre o indivíduo e o lugar.” (NASCIMENTO, 2020). Logo, falar sobre o dia da mulher negra, requer lembrar quem foi Tereza e compreender que as mulheres pretas nos dias de hoje podem ser frutos de sua ancestralidade.

“Se formos olhar as histórias de quilombos e aquilombamentos pelo país, boa parte deles têm lideranças femininas, como é o caso do Quilombo de Magé, que tem força representativa feminina. Todas as lutas do passado têm forças femininas, que são silenciadas por falas masculinas, ou como a presença do homem que representa a força e tirando a força de outras mulheres” explica Aline Nascimento para a revista CLAUDIA (2020). Aline é historiadora e Mestre em Relações étnico-raciais, do Instituto Identidades do Brasil.

Nessa perspectiva, apresenta-se por meio desse artigo a representatividade das mulheres do Quilombo do América, as quais exercem funções de lideranças no âmbito da comunidade, mas que também lutam cotidianamente contra o racismo, sexismo e tantas outras opressões sobre as suas vivências, tal como foi com Tereza de Benguela.

## 1. As Discursividades das Mulheres Negras no Quilombo do América:

**“a gente não quer mais os restos, a gente só quer o que é nosso de direito”**

Roseti Araújo, 42 anos, marisqueira, Agente Comunitária de Saúde e Presidenta da Associação Remanescente Quilombola do América

Ao longo dos mais de 300 anos de escravidão na história do Brasil, houveram inúmeras formas de resistência e enfrentamento ao regime escravista, como as revoltas, fugas individuais e coletivas, recusa ao trabalho escravo, assim como a criação de quilombos “[...] essas comunidades foram aparecendo em várias localidades brasileiras [...] Ao constituir o quilombo a população negra passa a dar outro sentido ao território, transformando a terra, produzindo e cultivando no trabalho agrícola” (SANTIAGO; SMITH JÚNIOR, 2019, p. 265).

O povo negro é parte fundamental na história da Amazônia. Remonta a 1750, com a chegada de escravos vindos de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), em decorrência do ouro e da construção do “Forte Príncipe da Beira”. Outras migrações negras, principalmente do Pará, Maranhão e Ceará, chegaram à região a partir de 1870, para extração da borracha, minérios e metais preciosos no “Ciclo do Ouro” e “Ciclo da Borracha”. Entre 1907 e 1912, trabalhadores advindos do Caribe (os barbadianos) contribuíram com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (LAUDENIR, 2018).

O Quilombo do América, localizado na Rodovia PA-458, que liga Bragança-Ajuruteua, Km 07 do Ramal do Tamatateua, é formado há mais de 200 anos, mas só foi reconhecido como Quilombo, pela Fundação Cultural Palmares, em 2 de fevereiro de 2015, após um processo de autorreconhecimento da identidade, levantamento histórico sobre a valorização dos conhecimentos tradicionais e da cultura africana no cotidiano da comunidade, conforme nos conta Roseti Araújo, Presidenta da ARQUIA (Associação Remanescente Quilombola do América).

A Associação Remanescente Quilombo do América (ARQUIA) foi fundada em 2015, mas regularizada somente em 2017 como Associação Privada; conta atualmente com 12 mulheres associadas, as quais desenvolvem diversos projetos artísticos e culturais voltados ao protagonismo negro das mulheres quilombolas, no intuito de valorizar a história e memória da ancestralidade africana e o fortalecimento da identidade do povo negro na sociedade bragantina. É uma associação com notória liderança de mulheres, com muitas histórias de lutas e resistência no município de Bragança-PA.

No momento da roda de conversa, utilizamos como pergunta disparadora o seguinte questionamento: “como é ser mulher preta e quilombola nos dias de hoje?”, além da apresentação pessoal de nome, idade e ocupação.

Os principais assuntos surgidos na roda foram listados como subcapítulos a seguir, que, apesar de serem todos atravessados pelo racismo e machismo estrutural, se fez necessária a divisão para fins de organização e escrita.

### 1.1. Violência e Condições de Trabalho

A violência contra a mulher é um fenômeno multideterminado que se expressa de diversas formas no cotidiano: psicológica, simbólica, verbal, física, sexual e patrimonial, que são ainda mais acentuadas quando utilizamos os marcadores de gênero e raça. Foi na Convenção conhecida como a *Convenção de Belém do Pará* que foi definida a violência contra a mulher como “... qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BANDEIRA, 2009).

Vale ressaltar que, para Rita Segato (2003), essa violência é dirigida contra a mulher não ao acaso, mas sim no intuito de causar uma ruptura com a condição de humanidade enquanto pessoa, atingindo sua integridade plena, causando dor, sofrimento e medo. Se baseia, necessariamente, em relações de poder hierarquizadas, pois se trata, ao mesmo tempo, de uma violência proveniente de relações sociais de gênero produzidas historicamente, uma vez que a produção da masculinidade obedece a imperativos distintos daqueles que imperam sobre a feminilidade.

De acordo com o estudo *Atlas da violência 2020*, no período de 2008 a 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Entre as mulheres negras, esse aumento foi de 12,4%, enquanto que, no mesmo período, houve uma queda de 11,7% nas taxas de homicídio de mulheres não negras (IPEA, 2020).

Para Lourdes Bandeira (2009), a habitualidade destes crimes remete, dentre as principais causas, aos crimes de poder. Além de uma combinação de fatores, explica a maioria dos homicídios, cultura da honra, da masculinidade (LACERDA, 2007), aliada ainda à banalização e a incorporação do uso indiscriminado da violência para a resolução de conflitos cotidianos em nossa sociedade, seja com adultos, adolescentes ou crianças, somado aos contextos de hierarquias que estruturam as relações subjetivas e afetivo sociais.

No Brasil, a mulher negra, ainda hoje, encontra-se numa situação de maior vulnerabilidade quando analisamos os indicadores das taxas de homicídio, inclusão no mercado de trabalho, desemprego, condições de trabalho e diferença salarial. Quando se trata desse público, a taxa de desemprego é 50% se comparada a outros grupos.

De acordo com matéria publicada em site do G1 em março de 2021:

Mais da metade das pessoas que procuravam emprego no 4º trimestre de 2020 eram do sexo feminino e 60% se declarava de cor preta ou parda. Entre a população que estava empregada, as mulheres recebiam 22,3% menos que os homens.[...] Dados do IBGE mostraram que mais da metade dos 13,9 milhões de brasileiros sem trabalho eram mulheres, seis em cada dez (60,0%) se autodeclaravam pretos ou pardos; quatro em cada dez (40,6%) tinham até o ensino médio incompleto ou equivalente.

Essa é uma realidade na vida das mulheres do Quilombo do América:

[...] tem pessoas aqui que tem curso superior, sendo servente, não é desmerecendo, mas vamos valorizar né!? o preto da comunidade, aí vem os de fora, nem tem formação, se sentam no ‘bem-bom’ porque é branco. **A gente sabe que oportunidade pra nós não tem, a gente já tendo essa formação não tem, imagina a gente não tendo** [...] é isso que eu falo ‘pras’ meninas: tá difícil? Tá! mas um dia a gente consegue [...] a Marielle não morreu, não tem um monte de Marielle por aí? Nós não somos uma Marielle?? (Roseti Araújo)

Sobre essa situação de negação de empregabilidade, Angela Davis faz um recorte histórico em sua obra originalmente publicada em 1981:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários[...] em 1890, para as mulheres negras, devia parecer que a liberdade estava em um futuro ainda mais remoto do que no fim da Guerra Civil (DAVIS, 1981)

Esse cenário de desigualdade se evidencia mais ainda no acesso aos cursos de nível superior, na precarização das escolas públicas, na diferença salarial, quando uma mulher negra com nível superior é inferior ao de uma mulher branca com a mesma formação (IPEA, 2020).

Frederick Douglass (1882), que foi um menino escravo nos EUA, publicou em sua obra que “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”, e, como era percebido não só pelos senhores, “se você der a mão a um preto, ele vai pegar o braço. O estudo vai estragar até o melhor preto do mundo.”

É possível visualizar a dificuldade de acesso à educação de qualidade à população negra ainda nos dias atuais; as pessoas moradoras da comunidade do América precisam ainda reivindicar direitos básicos, como os que perpassam por questões fundamentais como a educação, no que se exemplifica por um currículo educacional que pautar uma educação quilombola, uma escola de qualidade, haja vista que a comunidade conta somente com o ambiente físico de um cômodo com poucas cadeiras, que é inadequada para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), denunciando o desca-so e desinteresse pela emancipação dos jovens e adultos dessa localidade.

Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação (DAVIS, 1981).

Roseti Araújo relata que já recebeu muitas críticas devido à sua luta em prol da garantia dos direitos da comunidade, mas afirma que, assim como Marielle Franco, ela também não se nega à luta. Marielle Franco foi uma mulher negra, vereadora do Rio de Janeiro, que foi assassinada em 2018, ano em que 68% das mulheres assassinadas no Brasil foram negras (IPEA, 2020).

## 1.2. Racismo: a crença da existência de uma superioridade de uma “raça” sobre as demais

Existe a ideia de uma suposta inferioridade da pessoa preta e a falsa crença na supremacia de um grupo sobre outro, que foram sustentadas pela ciência desde o século XIX, com o objetivo real de justificar a escravização do povo negro que foi sequestrado do continente africano (AMMA, 2008).

A psicanalista Neusa Santos e sua obra “Tornar-se negro”, de 1983, diz que “a sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado [...] e posição social inferior.”.

Segundo Sueli Carneiro (2003), para as mulheres negras, em particular, se faz agente divisor na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. A gravidade destes pontos para as populações consideradas descartáveis, como a população preta, e o interesse emergente dos entes internacionais para conter o crescimento desses povos, levou o movimento de mulheres negras a desenvolver uma perspectiva internacionalista de luta.

É interessante pensar que somente em 1993, na Conferência de Direitos Humanos de Viena, é que foi assumido que os direitos da mulher são direitos humanos.

Porém se a Declaração de Viena avança na compreensão da universalidade dos direitos humanos das mulheres, para nós mulheres não brancas era fundamental uma referência explícita à violação dos direitos da mulher baseada na discriminação racial (CARNEIRO, 2003).

Como mulher preta, dentro dessa comunidade, nós encontra muita barreira, aqui dentro não, mas se a gente sai atrás do nosso direito, a gente encontra muita barreira, primeiro nós somos preta, barraqueira, que não tem o que fazer, que fica brigando à toa, se fosse cumprido a lei pra nós tava tranquilo, a gente não quer mais do que tá na lei, o que é nosso de direito, o que ainda é negado pros nossos avós, pros nossos bisavós, o que foram negados, quantas pretas morreram pra se conquistar uma lei? (Roseti Araújo, presidente da ARQUIA)

Eu já sofri muito preconceito [...] no Bacuriteua se nós embarcava no ônibus ele não queria parar pra nós porque nós era preta, se nós embarcava no ônibus os branco sentava e nós não se sentava porque nós era preto (Maria Augusta, 62 anos, parteira, marisqueira, lavradora, atualmente lidera três times de futebol na comunidade, um adulto e dois infantis)

Às vezes a gente nem precisa falar, só o olhar [...] tem vários tipos de racismo; a mulher negra, ela sofre racismo pelo cabelo, quando vai ao médico, quando vai a escola, tudo, em todo lugar, as vezes o simples olhar, quando eles te olham dos pés à cabeça. A primeira coisa que eles olham é o pé, eles não olham pra cara do preto, eles olham pro pé, se tá rachado, encardido... vai tá de sandália, a unha tá suja, se trabalha na roça... (Roseti Araújo, presidente da ARQUIA)

Eles falam que a gente é pecador, eu só faço é responder que a gente é preta com orgulho [...] [...] um tempo eu não saia, principalmente não ia na igreja, porque a gente chega eles olham logo pra gente, eles não olham pro rosto, eles olham pros pés, pra perna se é bonito, se é feio [...] (Francinalva Silva, 32 anos, integrante da ARQUIA)

Se tinha 50 pessoas dentro da unidade e só tem uma preta... então culpavam ela por ter roubado o celular. Então, é muito difícil, até tu provar que tu não fez, tu já tem apanhado, muita chibatada, porque pra nós preto a vida não é fácil.” (Roseti Araújo, presidente da ARQUIA)

As mulheres do quilombo do América vivem em constante luta para provar a sua dignidade, o seu merecimento de direitos. A associação ARQUIA movimenta o debate étnico-racial e tantos outros no município de Bragança enquanto identifica suas próprias dores no caminho. São questões mínimas e concernentes a direitos humanos que não são contemplados quando se trata de mulheres pretas.

### 1.3 Coisificação da mulher preta

Enquanto as mulheres brancas estavam lutando para ter direito ao voto, mulheres negras queriam ser, primeiramente, reconhecidas como seres humanos. Sobre isso, Sueli Carneiro nos alerta, com maestria:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um

contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular (CARNEIRO, 2003).

As mulheres pretas ainda são hiperssexualizadas desde o período colonial, um retrato da coisificação que é imposta ao povo preto, tornando-as objeto sexual constantemente, propaga-se a ideia no imaginário social de que são naturalmente sensuais; dessa forma, essa sexualização acaba retirando delas uma humanidade, a possibilidade de receber afeto, a própria dignidade. Tal ideia muitas vezes justifica o fato de que mulheres pretas são as maiores vítimas de violência sexual no Brasil (RIBEIRO, 2019).

Antes do fim do século XIX, mulheres negras pioneiras do movimento associativo orquestraram um dos primeiros protestos públicos organizados contra o abuso sexual. Sua tradição de oitenta anos na luta organizada contra o estupro reflete como as mulheres negras têm sofrido, de modo amplo e exagerado, a ameaça de violência sexual. Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. (DAVIS, 1981).

Uma outra herança da escravidão, a objetificação da mulher preta, acarreta sérias estatísticas. Um estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança divulgou, em 2020, dados do relatório 'A cor da violência: Uma análise dos homicídios e violência sexual na última década'. A pesquisa analisou dados do Sistema Único de Saúde (SUS), do período de dez anos. Nos resultados, foi visto que, em 2017, as mulheres negras sofreram 73% dos casos de violência sexual registrados no Brasil, enquanto que mulheres brancas foram vítimas em 12,8%. De 2009 a 2017, o número de mulheres pretas vítimas de estupro aumentou quase dez vezes (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2020).

Um estudo da Fiocruz revelou outras disparidades raciais no que tange à violência obstétrica. Segundo a pesquisa, mulheres negras possuem maior risco de ter um pré-natal inadequado, realizando menos consultas do que o indicado pelo Ministério da Saúde; têm maior peregrinação entre maternidades, buscando mais de um hospital no momento de internação para o parto; e frequentemente estão sozinhas, com ausência de acompanhante durante o parto, existe a chance de a mulher negra não receber anestesia, e é 50% maior durante uma episiotomia.

Desse grupo de mulheres que receberam o corte no períneo, em 10,7% das mulheres pretas, não foi aplicada a anestesia local para a realização do procedimento, enquanto no grupo das mulheres brancas a taxa de não recebimento de anestesia foi de 8% (PINA; RIBEIRO, 2020).

“Mulheres pretas têm quadris mais largos e, por isso, são parideiras por excelência”, “negras são fortes e mais resistentes à dor”, retrata ter ouvido Maria do Carmo Leal. Percepções falsas como essas, sem base científica, foram ouvidas em salas de maternidades brasileiras e chamaram atenção da pesquisadora Maria do Carmo Leal, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para a pesquisadora, essas disparidades durante o pré-natal e o parto expressam o racismo estrutural. “Isso é uma questão de racismo, achar que são um ser humano diferente, que não sentem dor”, reflete Maria do Carmo. “Não é um problema só do setor de saúde. O racismo é uma questão muito forte na sociedade brasileira, há um maltrato generalizado a essas populações” (PINA; RIBEIRO, 2020).

Além da solidão da mulher negra, que não é vista como companheira para relacionamento a longo prazo e estável. O entendimento dessa reificação se reflete em diversas situações cotidianas, algumas sutis, e outras alarmantes.

Observar que a objetificação da mulher negra, não se fez e se faz presente apenas em relação ao seu corpo, como também em relação as suas dores os levam a primeira ideia de poder sobre a subjetividade. A sociedade ao mesmo passo que inflige a mulher preta, as piores experiências subjetivas de existência seja ela social, econômica, educacional, infere e culpabiliza a mesma em seu processo de adoecer, infligindo através da representação do papel da mulher preta que “não sofre”, ou que é forte pelo seu “não” sofrimento, pelo não reconhecimento e até mesmo pela negação da dor. Consequentemente esta identificação com a qual desumaniza, fragiliza e pode causar uma insegurança muito grande lidar com os próprios sentimentos pelo simples fato de não lhe ser permitido vivenciá-los em sua totalidade, sofrimento é uma manifestação legítima humana e a partir do momento em que não se respeita este direito está se desumanizando o sujeito a níveis de coisificação. (DIAS, 2020)

A presidente da ARQUIA nos relata um pouco do que viveu em seu próprio grupo social: “Essa melanina nossa, isso aqui influencia muito [...]” (Roseti Araújo). Certa vez um amigo de Roseti pediu a ela uma criança do quilombo para adotar, então foi questionado se ele achava que as pessoas do quilombo estavam dando os filhos.

Por que só do quilombo? Tu acha que lá as mulheres parem e não tem amor? Eles acham que porque eu sou preta eu posso parir e eles podem tirar o meu filho que eu não vou sentir nada, que não tenho coração [...] (Roseti Araújo)

Em determinada época festiva no município de Bragança, foram doadas, para as crianças que estavam no campo de futebol brincando, comida estragada. Logo mais em seguida, as crianças começaram a passar muito mal devido à intoxicação alimentar, infecção intestinal. Todos os hospitais da cidade ficaram congestionados e as ambulâncias e carros dos bombeiros não contemplaram a demanda. E, segundo os relatos das mulheres da ARQUIA, não houve investigação alguma ou qualquer punição aos responsáveis.

Aí eles dizem que o quilombo é isso, é aquilo, mas o que eles querem com a gente, eles querem matar a gente... (Roseti Araújo, presidente da ARQUIA)

Como herança da escravatura, há a reificação e animalização da pessoa negra. Nos tempos de mercantilização de pessoas negras, estas eram sequestradas e vendidas como animais e coisas, que eram apalçadas, reviradas, e testadas acerca de sua resistência e traços físicos, como dentes, boca, pele, braços, pernas etc.

“O período escravagista foi marcado pela forma animalizada e coisificada como o africano era tratado, uma estratégia que resultou na construção de uma imagem desumanizada do negro, e na desconstrução de sua identidade” (AMMA, 2008). Eram pessoas vistas ali sem humanidade.

O imaginário carrega até os dias atuais essa ideia. Na fala de Roseti, ainda vê-se que pessoas pretas são comparadas com macacos; não raro, acontece em todo lugar:

Uma vez teve uma festa aqui e tocaram o carimbó, aqui a gente gosta muito de carimbó, o dj disse assim: ‘entrou as macacada’, naquele carimbó do macaco, por que que ele falou isso?!, porque ele tava dentro do quilombo.

Há de se acrescentar aqui o dito racismo religioso, onde as religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, são vistos sob uma ótica pejorativa, tida como algo negativo e, para religiões cristãs, como pagão e pecador.

O preconceito gira em torno de que toda e qualquer atividade fora do cristianismo ficou no imaginário social apagado, e, quando existe, é edificado como algo macabro e ruim. As demais religiões ainda não são amplamente discutidas e ensinadas nas escolas de maneira adequada, ainda hoje se tem muito medo de ser praticante de religiões de matriz africanas, haja vista o cenário lamentável de violência no País.

Em matéria publicada em um site jornalístico, só no primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 56% no número de denúncias de intolerância religiosa em comparação ao mesmo período do ano anterior. A maioria dos casos contra praticantes de crenças como a Umbanda e o Candomblé (SOUZA, 2020). Verificamos essa situação no Quilombo do América: a senhora Maria Augusta inscreveu o time de futebol do quilombo para jogar em um campeonato de bairro na cidade de Bragança, no qual saiu vitorioso, mas a vitória foi questionada por outros competidores, afirmando que o time do quilombo havia vencido somente porque a dona Augusta era “preta feiticeira”. Dona Augusta disse: “eu ia processar ele, mas recebeu o pedido de um colega que não fosse adiante”.

É isso que vai acontecendo. A gente vai deixando, vai deixando e isso vai se tornando pior. Vem pede desculpa, uma desculpa só, diz que foi sem querer. Quantas vezes a gente vai ficar sofrendo porque foi sem querer. Tudo é sem querer, tudo é brincadeira [...] eu falo assim, gente, a gente tá achando que isso é normal, mas isso não é normal, a gente tem que parar com isso, isso não é normal, nós não vamos mais aceitar isso! (Roseti)

A história dessas mulheres pretas amazônidas reflete muita resistência, luta, mas também muito cansaço e desamparo, perpassando por um racismo institucional que se mantém há muitos anos. Com esse relato, queremos fomentar o debate e chamar para a reflexão do lugar que essas mulheres estão ocupando e pelo que ainda estão passando, ao passo de que vemos constantemente as falácias de que “não existe racismo no Brasil”, percebemos o quanto as mulheres seguem ainda

estereotipadas e numa tentativa incessante de serem silenciadas e deslegitimadas quando reivindicam seus direitos e os da sua comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São notórias as heranças do imaginário escravocrata no Brasil. E na Amazônia bragantina não seria diferente, o racismo velado, o explícito, o institucional, religioso, aquele que atinge principalmente as mulheres pretas, ainda se faz presente. Ainda faz vítimas todos os dias. Percebemos, com a escuta dessas mulheres, que, mesmo no território quilombola, existe uma certa dificuldade de autodeclarar a sua negritude, de (re)afirmar sua identidade. O sofrimento gerado com o racismo é tão intenso que há uma pedagogia emocional de reprimir e constituir sua identidade em algo esperado externamente, constituir-se moldado em exigências eurocentradas, em exigências que não contemplam suas próprias necessidades e realidade. Posto isto, além de todos estes marcadores de vulnerabilidade que tem a população preta, podemos demarcar aqui, também, o de saúde mental, que perpassa a subjetividade dessas mulheres e acaba constituindo essas famílias, as crianças, adolescentes, gerando um ciclo, pois “os sentimentos de inferioridade e de não pertencimento à categoria de humanos – nefastos efeitos do racismo – são responsáveis pelos acometimentos à saúde psíquica da população negra” (AMMA, 2008). É neste ciclo que é necessário atuar, rompê-lo. A luta das mulheres deve se converter em uma pauta que contemple a luta de classes, que busque combater o racismo, dessa forma, o capitalismo, sexismo, em um processo de equidade de direitos.

## REFERÊNCIAS

AMMA, Os Efeitos Psicossociais do Racismo. In: *Psique e Negritude*. Instituto Amma Psique e Negritude – AMMA. *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo*. São Paulo. 2008

AMMA. Os efeitos psicossociais do racismo. *Imprensa Oficial*. São Paulo, 2008. Lourdes Bandeira. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora. 2003.

DAVIS, ANGELA. *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo, 1982

DIAS, K. C. A Saúde Mental e a Mulher Negra, in: *Portal Geledés*, 2020. Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/a-saude-mental-e-a-mulher-negra/?noamp=available&gclid=CjwKCAjwmeiI-BhA6EiwA-uaeFcpY134Md53NHkTgesYcT01QXCntZyuhLEQ2AzEYaFDmbO7RaSI.z2BoCHicQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/a-saude-mental-e-a-mulher-negra/?noamp=available&gclid=CjwKCAjwmeiI-BhA6EiwA-uaeFcpY134Md53NHkTgesYcT01QXCntZyuhLEQ2AzEYaFDmbO7RaSI.z2BoCHicQAvD_BwE)>, acesso em 25 de julho de 2021.

IPEA. *Atlas da Violência – 2020*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 23 de julho de 2021.

LAUDENIR, A. “(Re)conhecendo a Amazônia Negra” traz olhar sobre desenvolvimento da negritude, 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/reconhecendo-amazonia-negra-traz-olhar-sobre-desenvolvimento-da-negritude/>>, acesso em 10 de agosto de 2021.

LACERDA, Ângela. Pernambuco é o Estado onde mais morrem mulheres no País. O Estado de São Paulo, *Caderno Cidades*, 16 mar. 2007 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ultimas/cidades/noticias/2007/mar/16/193.htm>>.

NASCIMENTO, A. *O dia 25 de julho é uma data de memória e luta*, 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/cultura/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha/>>, acesso em 14 de agosto de 2021.

PINA, R.; RIBEIRO, R. Racismo na saúde: nas maternidades do Brasil, a dor também tem cor. *Revista Carta Capital*, 2018. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/racismo-na-saude-nas-maternidades-do-brasil-a-dor-tambem-tem-cor/>>, acesso em 16 de agosto de 2021.

RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

ROS, Rede de Observatório de Segurança. *A cor da violência na Bahia - Uma análise dos homicídios e violência sexual na última década*, s/d.

SANTIAGO, K. L.; SMITH JÚNIOR, F. P. Quilombo do América e a Migração Negra. In: *Revista EDUC Amazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá. Ano 12, Vol XXII, Número 1, Jan-Jun, 2019, p.255-273. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/5774/4494>>, acesso em 23 julho de 2021

SOUZA, M. D. *Denúncias de intolerância religiosa aumentaram 56% no Brasil em 2019*, 2020. Disponível <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>>, acesso em 15 de agosto de 2021.

SILVEIRA, Daniel; FONTANA Guilherme. Mulher, preta, baixa escolaridade: o retrato do desemprego no Brasil. Por, *G1* — Rio de Janeiro e São Paulo 11/03/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/11/mulher-preta-baixa-escolaridade-o-retrato-do-desemprego-no-brasil.ghtml>>

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003